

P
R Jurd Cons
n.30
1999

REVISTA JURÍDICA

EXEMPLAR DE ASSINANTE
VENDA PROIBIDA

ENTREVISTA
ELIAS DE OLIVEIRA

consulex

ANO III - VOLUME I - Nº 30 - 30 DE JUNHO DE 1999



EDITORA
CONSULEX



DIREITO COMPARADO

CONSULEX realiza jornada nos Estados Unidos na busca de soluções alternativas para a modernização da Justiça e do Sistema Penitenciário brasileiros.

MAIS: TRABALHO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Clinton no Brasil

O Direito, como disciplina de condutas, existe em qualquer parte do mundo. Basta uma pessoa relacionar-se com outra; imediatamente surgem direitos e obrigações contrapostos. Todos os países têm o seu sistema jurídico. Evidentemente, se, estruturalmente, não há diferença, as normas, os comandos, variam conforme a cultura de cada povo.

Anossa primeira Constituição, de 1824, adotara religião oficial. A Proclamação da República, em 1889, consagrou o Estado laico. A Constituição do Irã determina que as normas jurídicas sejam interpretadas de acordo com o sentido do Alcorão.

O Direito brasileiro assenta-se no sistema romano; como regra, suas normas são escritas. O *common law*, ao contrário, dá preferência aos usos e costumes, repetições de condutas que a sociedade aceita como obrigatórias.

O Direito norte-americano recebeu direta influência do Direito inglês, não obstante a presença também do Direito continental. Daí, ao lado do Direito Federal, pluralidade de Direito dos Estados-membros.

Em consequência, quando se faz a comparação do Direito de dois países sempre se evidenciam distinções. Nos Estados Unidos, alguns Estados adotam a pena de morte, repelida por outros. A Itália registra a prisão perpétua, sob a denominação – “ergastolo”. No Brasil, essas duas espécies da sanção criminal são proibidas pela Constituição da República; quanto à primeira, registra uma exceção, praticamente inaplicável – “em caso de guerra declarada, no caso de agressão estrangeira, autorizada pelo Congresso Nacional” (art. 5º, XLVII, a).


A capitulação jurídica da conduta varia de país para país.

Todos os meios de comunicação social estão fazendo verdadeiro estardalhaço do comportamento do presidente Clinton com uma estagiária, no salão oval da Casa Branca.

Importante relembrar o caso (fato) para conferir-se a capitulação jurídico-penal (norma), conforme a lei brasileira.

“Clinton cometeu adultério? Fixe-se. Ele e a estagiária teriam praticado, segundo o som do nosso Código Penal, ‘atos libidinosos diversos da conjunção carnal’.”





O presidente, casado, mantivera intimidades com a estagiária, maior, solteira, definidas como “relações impróprias” para identificá-las aos atos libidinosos diversos da conjunção carnal. O pormenor é importante, em face ao nosso Código Penal que distingue: atos de libidinagem (art. 218) – gênero compreensivo de duas espécies: conjunção carnal (art. 213) a atos libidinosos diversos da conjunção carnal (art. 214). O primeiro é o ato sexual normal do homem com a mulher. O segundo compreende as demais maneiras de satisfação da libido (entre pessoas do mesmo sexo, ou de sexos diferentes) *contra naturam*. Narram as informações, a satisfação não chegou à conjunção carnal, restringindo-se a tocar partes pudendas da moça e introduzindo, pela semelhança fálica, um charuto na vagina e, em outras ocasiões, realizando sexo oral.

A estagiária narra as intimidades a uma amiga; por sua vez, gravada a conversa, leva ao conhecimento de terceiros, o que ocasiona a investigação por denominado Promotor Especial.

O presidente teria cometido algum crime? Adulterio, ou perjúrio (falso testemunho) porque ocultara a verdade, negando o fato, quando intimado a depor perante autoridade? E como capitular a ariência da estagiária e sua narrativa à amiga? E esta, por sua vez, incorreu em algum tipo criminal?

Caminheemos por etapa.

O casamento impõe fidelidade conjugal. Influência do Direito Canônico. Os nubentes, no altar, solenemente, na cerimônia matrimonial, prometem fidelidade recíproca: na alegria e na tristeza, na saúde e na doença.

A fidelidade é obrigação de ambos (as normas de cultura, entretanto, embora a diferença venha diminuindo, são mais rígidas com a mulher. Herança da época de distinção de tratamento, comparado com o homem. Nosso Código Civil, na redação inicial (começo do século) definia a mulher como “relativamente incapaz”). Sem dúvida, nesse ponto, ainda hoje, a sociedade brasileira é mais tolerante com o homem. Época houve (não está tão distante), o marido que matasse a mulher por motivo de infidelidade da esposa, praticamente, era submetido ao julgamento do Tribunal do Júri, pró forma. A absolvição era certa. Agora, a situação é outra. Evidência de o Direito ser cultura, expressão histórica.

Passemos, então, à primeira solução. Repita-se: Clinton cometeu adultério? Fixe-se. Ele e a estagiária teriam praticado, segundo o som do nosso Código Penal, “atos libidinosos diversos da conjunção carnal”.

A redação do crime de adultério encerra critério diferente do utilizado para indicar condutas delituosas. A regra, obediente ao princípio que veda tipos abertos, descreve exaustivamente o comportamento, ou seja, indica os elementos constitutivos. Assim, “matar alguém” (homicídio), “ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem” (lesão corporal).

O art. 240, com a rubrica lateral – **adultério** – menciona: “Cometer adultério”. Não especifica, como na ilustração anterior, a conduta vedada. Daí, a polêmica doutrinária, posta neste limite: o delito acontece quando o cônjuge se satisfaz com pessoa diversa do consorte, através de qualquer ato libidinoso, ou se faz necessária a conjunção carnal?

Adoutrina brasileira, como ocorre também com a estrangeira, é divergente.

Entre nós, predomina o entendimento de ser bastante qualquer modo de satisfação do desejo sexual. Pode-se ilustrar essa colocação com as lições de Romeu Côrtes de Lacerda, na coletânea de Nelson Hungria:

“O adultério, no Código, é crime ‘contra o casamento’, base de família legítima, e figura em subtítulo dos crimes **contra a família**. Deve ter-se em conta a *ratio* da incriminação.”

“Certamente, não basta, para integrar o adultério, um simples *flirt*, um beijo, um afago, uma atitude ambígua; mas qualquer **ato sexual** inequívoco com “o terceiro é crime na plenitude de sua configuração legal”. O comportamento ➤

ambíguo do cônjuge pode constituir “injúria” que fundamente ação de desquite; mas só o ato sexual inequívoco, com terceiro, voluntariamente praticado, ou tolerado, constitui adultério. Como diz Hungria, “não há adultério sem a iniciativa ou adesão voluntária do cônjuge culpado: se o terceiro obtém por violência a posse sexual da esposa alheia, comete contra esta o crime de ‘estupro’. Não foi uma adúltera a famosa Lucrecia, pois ‘teve de ceder ante a ameaça de Sextus: *Tare, Lucretia... ferrum in, manu est*’” (*Comentários ao Código Penal*, Forense, Rio, 1959, 4ª ed., vol. VIII, págs. 381/382).

Diferente a posição do também saudoso Heleno Fragoso; restringe a extensão do ilícito. Apesar de não explicitar as razões desse limite, percebe-se, assenta na natureza do ato praticado, distinguindo-os, pois, conforme a intensidade da reprovação. Explica, *verbis*:

“O crime consuma-se com a ‘conjunção carnal’; isto é, com a cópula normal, não se exigindo que seja completa (*emissio seminis*). Estranhamente, exige Carrara (Programa, § 1885) a *seminatio intra vas*, como momento consumativo do crime, o que seria de comprovação quase impossível. Qualquer outro ato libidinoso ou o coito anormal (*venus nefanda*), ainda que seja mais repugnante e ofensivo à dignidade, não constitui o elemento material do adultério, salvo a possibilidade de tentativa” (*Lições*, Bushatsky, Editor, São Paulo, 1959, Parte Especial, 3ª vol., págs. 574/5).

Não se esqueça, o conceito é normativo. Ofato não ganha expressão jurídica somente por suas características físicas. Cumpre, antes de tudo, levar em conta a objetividade jurídica.

Qualquer satisfação da luxúria de uma pessoa casada com outrem que não o seu consorte configura quebra da fidelidade conjugal. A ilicitude, por sua vez, mostra intensidade, ou seja, certos fatos são reprimidos com mais ênfase do que outros. Daí, a distinção de conduta, ainda que ofendam o mesmo bem jurídico. A vida (como objeto jurídico) é afetada pelo homicídio (art. 121), induzimento, instigação ou auxílio a suicídio (art. 122), infanticídio (art. 123), aborto que, por sua vez, considera várias espécies (arts. 124, 125 e 126).

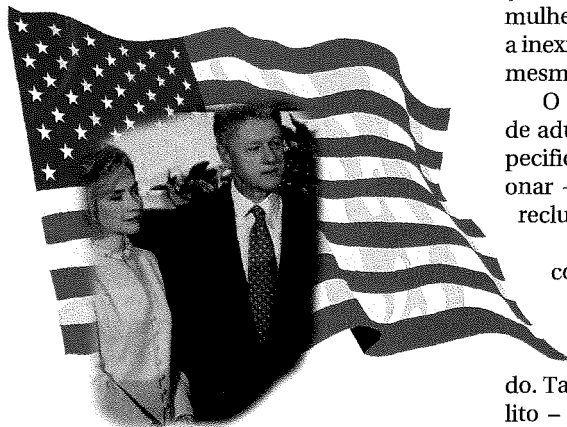
Os ilícitos distinguem-se conforme o impacto (dano, ou perigo) no bem juridicamente tutelado. Ademais, relevante, o grau de reprovabilidade do comportamento (comissivo ou omissivo) do agente. A valoração, pois, é imprescindível. Não basta a característica física do fato.

Em se transportando tais considerações, urge distinguir o modo de satisfação da libi-

do. Qualquer que seja, utilizada pelo cônjuge, caracteriza conduta ilícita. Todas autorizam, são bastantes como causa de pedir para desconstituição do matrimônio, via ação de divórcio. Nem todas, porém, ensejam a ação criminal. O afago mais prolongado, o beijo mais íntimo, o abraço concupiscente, não resta dúvida, podem atuar como sucedâneos para satisfazer o desejo sexual.

Necessário, entretanto, distingui-los da conjunção carnal, caracterizada pela união dos sexos. Valorativamente, sem dúvida, a distinção é evidente. Logicamente, as consequências não podem ser iguais. Cumpre considerá-las. Caso contrário, a distinção será olvidada.

Há vários crimes contra a família, de que o adultério é uma espécie. Distinguem-



“O presidente, casado, mantivera intimidades com a estagiária, maior, solteira, definidas como “relações impróprias” para identificá-las aos atos libidinosos diversos da conjunção carnal.”

se entre “crimes contra o casamento” (arts. 235 a 240), “crimes contra o estado de filiação” (arts. 241 a 243), “crimes contra a assistência familiar” (arts. 244 a 247) e “crimes contra o pátrio poder, tutela ou curatela” (arts. 248 e 249). Insista-se: configuram situações “normativamente” distintas.

Imprescindível, por isso, tomar como referência, o chamado “ato sexual normal”, ou seja, união de homem e mulher conforme a natureza. Dentre os sucedâneos, distinguir os atos, que de outro modo, levem a satisfazer a lascívia. Ademais, colocam-se condutas que são variantes, ilustradas com o coito anal e oral. Urge, outrossim, distinguir o relacionamento com pessoas de mesmo sexo. Igualmente significativo; todavia, de consequência diversa.

Pune-se o adultério porque o cônjuge

realiza com outrem (diferente do consorte) a satisfação sexual. Pensa-se, como ponto de partida, porque mais grave, realizar a conjunção carnal e seus sucedâneos próximos. Em plano menos significativo, contudo, ainda ilícito, as demais formas.

Daí, ser adultério apenas a conjunção carnal, tida biologicamente, como maneira natural de satisfazer a lascívia. Valoração negativa conduz a identificá-la aos seus sucedâneos (axiologicamente negativos) mais próximos: coito oral, coito anal.

As demais formas de satisfação, igualmente ilícitas, caracterizam quebra de fidelidade conjugal, todavia, sem a mesma repulsa; autorizam reação do cônjuge ofendido, entretanto, a título de injúria grave.

Enfim, o adultério reclama conjunção carnal (ou seus sucedâneos com a introdução do membro masculino no corpo da mulher, independentemente do lugar). Daí, a inexistência desse crime entre pessoas do mesmo sexo.

O Código Penal da Itália definiu crime de adultério, no art. 559. Também não especificou a conduta. Restringiu-se a mencionar – A mulher adúltera é punida com reclusão até a um ano.

A Corte Constitucional declarou a inconstitucionalidade ao fundamento de afrontar o princípio de igualdade de pessoas. Com efeito, rigoroso com a mulher, sem censura penal ao marido. Também, e pelas mesmas razões, o delito – concubinato (art. 560) que punia o marido que tivesse concubina na casa conjugal, ou, notoriamente, em outro lugar, com cominação da pena de reclusão até dois anos.

A Constituição italiana de 1948 repeliu as distinções antes consagradas.

Em consequência dessas colocações, o presidente Clinton, segundo a legislação brasileira, só cometera o crime de adultério se, com as “relações impróprias”, introduziu seu membro no corpo da estagiária.

Ainda que a satisfação se desse por esse meio, não sofreria, só por isso, a pena definida no art. 240 do Código Penal.

Em havendo crime, em tese, o Ministério Público, de ofício, oferece a denúncia imputando a alguém determinado delito; por razões de política criminal, a regra sofre exceção. Surge, então, a ação penal de iniciativa privada (não se confunde com a ação penal dependente de representação da vítima). Somente o ofendido, a vítima do crime, poderá deduzir a ação penal. No caso em exame, a esposa do presidente adúltero.

Não é só. A delicadeza do fato pode estimular a dissolução do casamento, repercutindo na unidade da família, nossa lei

registra mais uma exceção. Ao contrário da regra geral de o ofendido deduzir a queixa, podendo fazê-lo também "quem tenha qualidade para representá-lo" (CP, art. 100, § 1º) – "cônjuge, ascendente, descendente ou irmão" (CP, art. 100, § 4º), a ação penal, no caso, diz-se, personalíssima. Estatui o art. 240, § 2º: "A ação penal somente pode ser intentada pelo cônjuge ofendido, e dentro de um mês após o conhecimento do fato". Também aqui, norma especial, dada a queixa, como regra, ser dedutível "dentro do prazo de seis meses, contado do dia em que veio a saber quem é o autor do crime" (art. 103, 1ª parte).

As particularidades, contudo, não pararam por aí.

A ação penal não pode ser intentada pelo cônjuge que consentiu no adultério ou o perdoou, expressa ou tacitamente.

Ao Estado, como representante da sociedade, interessa incentivar a coesão das famílias. Daí, preferir a extinção da punibilidade ao processo criminal, se o autor de crime contra os costumes casar com a vítima.

O perdão, no caso, significa atitude do cônjuge traído de manifestar *animus* de preferir continuar a sociedade conjugal a propor a ação penal. Várias causas se fazem presentes. Interessa o resultado, incentivando-se a pacificação familiar.

E tal perdão pode ser expresse, ou tácito. O primeiro ilustrado com específica declaração; o segundo através de comportamento inequívoco de haver superado o incidente. Exemplo significativo é o cônjuge ofendido continuar a coabitar. Ainda que revoltado, insatisfeito, esse gesto indica vontade de continuar a vida em comum. Há particularidades mais significativas: o casal utilizar o mesmo leito, principalmente se prosseguirem as intimidades.

Hillary Clinton, dessa forma, ainda que revoltada, enfurecida, magoada, admita-se até a separação de fato, na Casa Branca, certo é que, ainda que motivada por interesse familiar, patrimonial, ou político, continua a conviver com o marido. O casal aparece em público, até em solenidades e viagens oficiais, como se nada houvesse acontecido. Juridicamente, caracterizou-se o perdão, para os efeitos penais, segundo a lei brasileira. Não pode, por isso, ingressar em juízo com queixa criminal.

Com essa decisão da primeira dama dos Estados Unidos, a estagiária também foi favorecida.

Se o presidente americano praticou adultério (talvez ele o chamasse de relações próprias), é evidente, como esse delito é de concurso necessário (no caso, pelo menos

duas pessoas), ambos responderão pelo mesmo crime.

Também aqui incide norma especial.

O concurso de agentes é definido no art. 29 do Código Penal, *verbis*: "Quem, de qualquer modo, concorre para o crime, incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade".

O Direito é sistema, unidade lógica de normas. Não se faz necessário, por isso, repetir esse comando após a definição do delito. As normas da Parte Geral estendem-se à Parte Especial, como dizia, com frequência, o saudoso Frederico Marquês.

Em se tratando de adultério, tem-se norma especial, afastando-se, pois, da regra geral. Tanto assim, dispõe o art. 240, § 1º – "Incorre na mesma pena o co-réu".

Explica-se. A norma jurídica, além de sanção (quando punitiva recebe a denominação – pena) encerra o preceito (comando, determinação do que pode, ou deva ser feito pelo destinatário). O homicídio é crime porque a obrigação jurídica dirigida a qualquer pessoa é – não matar.

A determinação – não cometer adultério – evidente, dirige-se à pessoa casada. Quem não evidenciar esse *status*, não incide no preceito do art. 240 do Código Penal. O solteiro, porque não prometeu fidelidade, relativa à vida sexual, a ninguém, evidente, não comete o crime de adultério.

A lei, então, para não deixar em branco esse pormenor, no dispositivo transcrito, proibiu ao solteiro praticar relações sexuais com pessoa casada. Outro portanto o preceito. O art. 240 mantém implícito: "o casado não pode manter relações sexuais senão com o seu cônjuge". O § 1º que lhe segue, encerra esta determinação: "Incorre na mesma pena o co-réu". "O solteiro, desquitado, divorciado, ou viúvo, enfim, quem não seja casado, por força dessa norma especial, não pode manter relações sexuais com pessoa casada."

O presidente, dessa forma, estaria incurso nas sanções do disposto no art. 240, *caput*, ao passo que Monica seria atraída pela norma penal, por força do contido no art. 240, § 1º, do Código Penal.

Se as "relações impróprias" se esgotaram nos "atos libidinosos diversos da conjunção carnal" (art. 214) não houve crime algum. O crime de "atentado violento ao pudor" reclama, como elemento constitutivo, obter o resultado (satisfação), mediante "violência ou grave ameaça".

Os noticiários não tocam nesse pormenor. Ao contrário, evidenciam anuência, senão insinuação, incenti-

vo, procura. Não houve, pois, o crime definido no art. 214 do Código Penal. Ademais, a idade de Monica Lewinski não tem qualquer relevância. Não é caso de presunção de violência (art. 224). Após completar 18 anos de idade, em nossa legislação, a pessoa poderá praticar, ou consentir os atos da vida sexual. Como sempre, há uma exceção para atormentar o intérprete da lei. A mulher não pode consentir no seu rapto até os 21 anos. Em razão da idade, o assentimento é irrelevante. Assim dispõe o art. 220 do Código Penal: "Se a raptada é menor de 14 (catorze) anos e menor de 21 (vinte e um), e o rapto se dá com o seu consentimento".

4. Passemos agora a outro aspecto.

Monica, vaidosa porque encantara o presidente dos Estados Unidos, narra a uma amiga as intimidades, certamente com pormenores, sem esquecer a cena do charuto, mostra a saia com manchas de esperma.

Isso do ponto de vista penal é relevante?

Toda pessoa tem direito à intimidade, ou seja, sua conduta não ser levada ao conhecimento de terceiro. Algumas, por sua natureza, ganham publicidade; outras, de-

Sobre o Assunto

Com relação ao adultério, em sua obra *Código Penal Bíblico*, pág. 140, Editora CONSULEX, o Professor Nicanor Sena Passos tece os seguintes comentários:

"Art. 240 – *omissis*:"

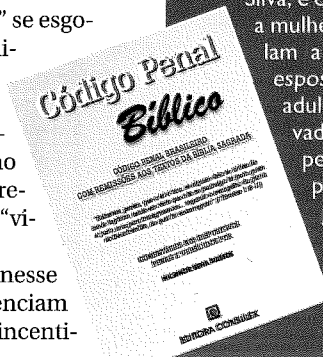
Provérbios 5:2 a 4 – para que conserves os meus avisos, e os teus lábios guardem o conhecimento.

Porque os lábios da mulher estranha destilam favos de mel, e o seu paladar é mais macio do que o azeite; mas o seu fim é amargoso como o absinto, agudo como a espada de dois fios.

Comentário

Nesta passagem, Salomão adverte seus filhos dos perigos a que os expõe a mulher adúltera.

Vale lembrar que o Código Penal Brasileiro condena a prática de adultério, que, conforme o dicionarista De Plácido e Silva, é o ato pelo qual o homem ou a mulher, legalmente casados, violam a fé conjugal, imposta aos esposos (*fidelidade conjugal*). O adultério, ou concúbito reprovado, constitui crime. A ação penal, no entanto, somente pode ser intentada pelo cônjuge ofendido dentro de um mês, após o conhecimento do fato."



pendem de situações, ou condições. Terceiras, encerram consentimento tácito, além das que se caracterizam com o assentimento expreso.

O tema ganha especial relevo com o vertiginoso progresso e extensão dos meios de comunicação social.

A Constituição da República comanda no art. 5º, X:

“São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito à indenização por dano material ou moral decorrente de sua violação.”

A legislação ordinária, entretanto, ainda não acompanha o comando da Carta Política. Necessário suprir a lacuna. Não é compreensível conversa íntima que alguém pretenda manter reservada – seja publicada, filmada, ou mesmo transmitida a outrem por tradição oral. Sabe-se, hoje, com facilidade, tem-se recurso técnico para apreender mensagens, ou diálogos íntimos. Canetas, abotoaduras servem, embora não pareçam como gravadores. E pessoas inescrupulosas podem auferir vantagens indevidas, tantas vezes valendo-se da chantagem. E, o que talvez seja pior, ameaçar revelar fatos que por qualquer razão alguém deseje manter sob sigilo.

A lei penal brasileira não dispõe de norma capaz de vedar e, em consequência, punir a revelação de fatos íntimos que alguém pretenda não levar ao conhecimento de terceiro. Qualquer pessoa tem o direito de afastar-se de sua condição de *socius* (integrante da sociedade) para fazer valer o seu direito de *individuus* (afastar-se do contato com qualquer outra pessoa, ou limitar a presença de terceiro, previamente selecionado).

A legislação, a pouco e pouco, vai sendo sensível a esse pormenor. A Lei nº 9.296/96 disciplina a interceptação telefônica por fins de prova em processo criminal, mediante autorização judicial. Há, sem dúvida, visível tendência para preservar a intimidade. De qualquer modo, ainda hoje, entre nós, não há texto legal impedindo que o participante de conduta que alguém pretenda deixar oculta de terceiros, leve o fato ao conhecimento de terceiros. O inconveniente salta aos olhos, particularmente quando o acontecimento possa acarretar transtornos morais ou materiais. O caso de presidente da República fala por si só.

O anteprojeto de reforma do Código Penal brasileiro preenche essa lacuna, *verbis*: “Violar mediante processo tecnológico ou qualquer outro meio, o resguardado sobre fato, imagem, escrito ou palavra que alguém queira manter na intimidade

da vida privada. § 1º – Na mesma pena incorre quem, indevidamente, revela ou divulga imagem, escrito, palavra ou fato obtidos, por si ou por outrem, ainda que deles tenha participado”.

Monica, por isso, se o texto estivesse em vigor, no Brasil, teria cometido esse crime. Não há dúvida, está implícito, o presidente da República, máxime dos Estados Unidos, gostaria de o fato não ser levado ao conhecimento de ninguém. Sabido, todos meios de comunicação social estão voltados para aquele político. Acontecimento dessa natureza, como se diz, é “prato feito”!

O referido tipo no § 2º registra importante ressalva: “Não se compreende na disposição deste artigo a divulgação da imagem ou do som colhidos em local público, em



“Entre nós, predomina o entendimento de ser bastante qualquer modo de satisfação do desejo sexual.”

aberto, ou exposto ao público para atender a interesse público legítimo e relevante”.

O homem público também tem direito à intimidade. Aquilo que não diz respeito à sua atuação como tal não pode ser trazido ao conhecimento da sociedade. Também ele tem direito ao sossego, à discrição de sua vida particular. A imprudência de uma jovem, certamente, entusiasmada por haver conquistado a atenção de Bill Clinton, não há dúvida, é ilícita. Precisa ser incluída em tipo legal de crime. A indiscrição também tem limites! Isso sem contar o estado civil do namorado!

Outro tópico. O presidente, dentre os inconvenientes, foi intimado a depor. Passou por esse constrangimento, sob o holofote das câmeras indiscretas da televisão, mandando imagens para o mundo todo.

O Direito Processual Penal também se desenvolve através de princípios. O estágio de hoje consagra o contraditório, ensenjan-

do ao réu, diferente do que acontecia com o sistema inquisitório, rebater todos os itens da acusação e produzir as provas que reputar úteis à defesa. Além disso, ninguém é obrigado a colaborar para a sua condenação. Está consagrado o direito de calar, ou mesmo mentir. O Estado desenvolve o poder de punir; nos limites da Constituição da República e da legislação ordinária pode valer-se dos meios em Direito autorizados.

O princípio constitucional da presunção de inocência (CF, art. 5º, LVII) significa ninguém é considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória. E mais. “O preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado...”. A norma significa não estar compelido a colaborar com a acusação, não precisando fornecer esclarecimentos que lhe possam ser desfavoráveis. A extensão dessa norma é ampla: alcança o inquérito policial, o processo judicial, o processo administrativo e os processos políticos, de que o *impeachment* é exemplo. O mesmo acontece na Comissão Parlamentar de Inquérito, seja do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, ou mesmo formada por representantes das duas Casas.

O silêncio, a alteração da verdade constituem direito do acusado, ou do indiciado, ainda que assim não estejam formalmente identificados.

O Código Penal brasileiro, no rol dos Crimes contra a Administração da Justiça, prevê dois delitos: “Auto-acusação falsa” (art. 341) e o “Falso Testemunho ou Falsa Perícia” (art. 342). Relaciona os respectivos sujeitos ativos: quem se auto-acusa de crime inexistente, ou praticado por outrem. Nesse caso, dificulta a apuração da verdade real e favorece terceiro; ou, quem fizer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade, como testemunha, perito, tradutor ou intérprete em processo judicial, policial, ou administrativo, ou em juízo arbitral.

O tipo legal de crime é de interpretação estrita. Não enseja analogia *in malam partem*.

O indiciado, ou o réu, insista-se, não está relacionado nos mencionados crimes. Assim, Clinton, perante a lei brasileira, não praticou essas infrações penais. Restaria, sem dúvida, o aspecto político que, em tese, poderia levar ao impedimento para continuar a exercer a presidência da República. Aqui, entretanto, prevaleceram os princípios políticos de oportunidade e conveniência definidos pelo Senado Federal. ■

LUIZ VICENTE CERNICCHIARO é Ministro do Superior Tribunal de Justiça.